



# Câmara Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

## PROJETO DE LEI Nº. 74/2022

**Regulamenta atividades caravanistas e cria pontos de apoio para veículos de recreação (Rvs) e dá outras providências.**

### Parecer jurídico

O Projeto de Lei nº. 74/2022, de autoria do Poder Executivo Municipal, pretende regulamentar as atividades caravanistas e criar pontos de apoio para veículos de recreação, no Parque Lacustre, como incentivo de turismo, lazer e qualidade de vida.

As atividades desenvolvidas deverão ser aplicadas em consonância com as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, com as resoluções do Contran e com as normas técnicas da ABNT, sendo mapeadas as áreas de interesse, identificadas as condições de acessos às referidas áreas, adotando medidas que garantam o livre acesso e desimpedimento das áreas, solução e mitigação de possíveis problemas ambientais, apoio e incentivo.

A proposta traz a disponibilização gratuita de 10 vagas de estacionamento exclusivas no Parque Lacustre, proibindo o uso de barracas, contando com o fornecimento de energia elétrica e água potável, estabelecendo o prazo máximo de permanência de 05 dias.

O texto analisado traz, ainda que as demais disposições deverão ser regulamentadas pelo Chefe do Poder Executivo, inclusive no que concerne às sanções e procedimentos de sua aplicação. Nesse ponto, merece destaque o fato de que não cabe ao Decreto estabelecer as sanções, as quais devem estar fixadas no corpo da Lei, ficando ao Decreto a regulamentação das sanções previamente definidas.

Pelo **princípio da reserva legal** tem-se que somente a Lei pode criar direitos, deveres e vedações, pois de acordo com o art. 5º, III da Constituição Federal:

*“ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de **lei**”* (grifo nosso)



# Câmara Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

Ainda, esta Procuradoria opina por emenda ao Art. 6º, para que seja retirada da parte final do dispositivo o texto: “localizada no próprio Parque”, tendo em vista que a sede da Guarda Municipal pode não permanecer permanentemente no Parque Lacustre.

Pelo exposto, sugere-se que seja solicitado ao Poder Executivo a complementação do texto, a fim de que determine quais serão as infrações e suas respectivas penalidades, retornando para nova análise dessa Casa e continuidade do devido processo legislativo.

É o parecer.

Castro, 21 de novembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia de Mello Fontoura Selmer, Procuradora Jurídica da Câmara Municipal de Castro**, conforme autorizado pela Resolução nº 07/2021.

Patrícia M. Fontoura Selmer  
Procuradora Jurídica